



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640012 - PR (2021/0012548-1)

**RELATOR** : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ  
**IMPETRANTE** : VINICIUS FRACARO  
**ADVOGADO** : VINÍCIUS FRACARO - PR087181  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**PACIENTE** : ANDRESSA DOS SANTOS FRANCA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANDRESSA DOS SANTOS FRANCA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 0000344-28.2021.8.16.0000).

A paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva em razão do suposto cometimento do delito previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi denegada.

O impetrante sustenta que haveria constrangimento ilegal na espécie, haja vista que a paciente faria jus à prisão domiciliar, visto ser gestante em período de 36 meses de gestação, com duas crianças menores de 12 anos e possuir condições pessoais favoráveis.

Aduz que a custodiada faria jus à liberdade considerando, ainda, a pandemia do COVID-19 e a Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para substituir a segregação por prisão domiciliar com aplicação das cautelares previstas nos incisos I, III, IV, e IX, do art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A presente impetração é contra decisão que indeferiu liminar postulada em prévio *writ*.

O STJ firmou o entendimento de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

**PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO.**

**1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível habeas corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante**

***ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.***

*[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019, grifo meu.)*

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “*Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.*”

Entretanto, a aplicação do referido verbete pode ser afastada quando ficar caracterizado constrangimento ilegal manifesto.

Conforme o art. 318 do Código de Processo Penal, o juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando, entre outras hipóteses, a agente for gestante ou mulher com filho de até 12 anos de idade incompletos ou portador de deficiência.

Embora as hipóteses de substituição da prisão preventiva pela domiciliar estejam previstas no referido dispositivo legal, o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que, em regra, a benesse deverá ser concedida a todas as mulheres presas na condição de gestantes, puérperas, mães de crianças ou mães de pessoas com deficiência. Apenas excepcionalmente não deve ser autorizada a prisão domiciliar: a) se a mulher tiver praticado o crime mediante violência ou grave ameaça; b) se a mulher tiver praticado o crime contra seus descendentes; ou c) em outras situações excepcionálissimas, devidamente fundamentadas (HC n. 143.641/SP, relator Ministro Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe de 9/10/2018).

Com o advento da Lei n. 13.769/2018, positivou-se, em parte, mencionada orientação jurisprudencial, com a inclusão dos arts. 318-A e 318-B no Código de Processo Penal.

No caso, o desembargador relator apontou elementos concretos para indeferir o pleito liminar asseverando (fls. 22-23):

*"[...] que a Polícia Civil, após receber informações de que na residência situada na Rua das rosas, nº 773, Assis de Chateaubriand/PR, estaria ocorrendo o delito de tráfico de drogas, passou a realizar vigilância, de modo que após abordagem dos autuados ANDRESSA e NATHAN (irmãos), foi possível verificar que, no meio de porta ocultada por um guarda-roupa, havia uma mesa que continha uma grande quantidade de droga, que estaria sendo preparada para a comercialização, vale dizer: 0,109g (cento e nove gramas) de “crack” e 0,21g (vinte um grama) de cocaína, fracionadas em diversas porções. Além das drogas acima referidas foram encontrados 01 (uma) balança de precisão, 01 (uma) faca, 01 (uma) “gilete”, 02 (dois) pratos, 01 (um) rolo de papel alumínio, 01 (um) rolo de saco plástico, 05 (cinco) celulares, R\$ 320,00 (trezentos e vinte) reais em cédulas e R\$ 31,65 (trinta e um reais e sessenta e cinco centavos) em moeda. Consta, ainda, que a atuada Andressa teria dito que recebeu R\$ 100,00 (cem reais) para cortar e preparar a droga para o irmão dela. Pois bem. In casu, constata-se que decisão que decretou a prisão preventiva foi devidamente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, para que a Paciente não retorne à atividade ilícita, posto que teria, em tese, praticado os delitos previstos no artigo 33, , c/c artigo*

35 da Lei 11.343/06. caput. Ainda, resta evidenciado nos autos o risco de reiteração delitiva, tendo em vista que a Paciente, embora tecnicamente primária, encontra-se no polo passivo de duas ações penais em curso, sendo que em uma delas é investigada pela suposta prática do delito de tráfico de drogas (0004920-85.2019.8.16.0048 e 0001842-49.2020.8.16.0048). Não obstante, verifica-se que, ao tempo da prisão em flagrante descrita nos presentes autos, a Paciente estava cumprindo prisão domiciliar mediante monitoração eletrônica, concedida em 21/07/2020, em razão da suposta prática do crime de tráfico na própria residência (autos nº 0002003-59.2020.8.16.0048). Destaca-se ainda que nesses autos foram constatadas diversas violações aos termos de sua monitoração eletrônica (mov. 101), o que evidencia a efetiva necessidade da prisão preventiva."

Assim, em análise sumária, foram apontados elementos que justificam a ocorrência de situação excepcionalíssima de perigo concreto, a afastar o referido benefício de substituição da medida extrema por prisão domiciliar, razão pela qual não visualizo manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação da Súmula n. 691/STF.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente habeas corpus.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência